

26 toneladas de carne no lixo ^{DF - ✓}

Produto suspeito de contaminação por febre aftosa foi apreendido e será incinerado para poupar rebanho do DF

Marcelo Rocha
Especial para o **Correio**

Um esquema de comércio clandestino de carne que coloca em risco o rebanho bovino do Distrito Federal pode estar sendo desvendado pelas autoridades sanitárias. Vinte e seis toneladas do produto, suspeito de contaminação por febre aftosa, foram apreendidas ontem por fiscais do Departamento de Defesa Agropecuária e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (Dipova) da Secretaria de Agricultura do DF.

A carne estava em um caminhão-frigorífico — o Scania de

placa IBZ 63621, Gurupi (TO) — estacionado em um posto de gasolina da Candangolândia. O veículo chamou a atenção dos policiais militares por ficar horas parado no local. O motorista não foi localizado.

Em apenas dez dias, essa é a segunda apreensão feita pelas fiscais do Dipova, representando um total de 40 toneladas — em 10 de março, 14 toneladas de carne foram apreendidas no Riacho Fundo. A origem dos dois carregamentos é uma só: a cidade goiana de Porangatu, o que leva as autoridades sanitárias a desconfiarem de um esquema clandestino. A carga está avalia-

da em R\$ 100 mil.

Porangatu, localizada ao norte de Goiás e a 537 quilômetros de Brasília, tem na produção de gado o forte da economia. Prejudicada por situar-se em região de incidência da febre aftosa, os negócios são reduzidos a lugares que não impõem restrição — caso das cidades de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais, destinos do primeiro e segundo lotes.

“Para burlar a barreira e fazer a carne chegar ao DF, os frigoríficos mascaram o destino”, diz Tiago de Castro e Castro, diretor do Dipova, sem revelar o nome da empresa envolvida. Em Brasília, a proíbe a entrada de produtos vindos de cidades que estão em área de risco da febre, caso de Porangatu. Os negócios acontecem porque os revendedores adquiririam a carne em média 25% mais barata.

MAL PARA O GADO

O produto apreendido não é impróprio para o consumo humano. “A febre aftosa não representa mal nenhum para o homem”, explica Castro. São raros os casos da doença em seres humanos. Na verdade, a carne nem chega a ser tratada como clandestina. Todos os documentos — notas fiscais e selos de inspeção sanitária — foram encontrados com a carga.

O problema, porém, está no gado. A carne, transportada em carcaças (peças inteiras), apresentam risco aos bovinos, porque podem estar contaminadas com o vírus da febre aftosa, que fica alojado nos ossos. “Nossa preocupação é manter a saúde do gado do DF”, diz Castro. Caso o produto chegasse desossado, maturado e plastificado, não haveria qualquer restrição à sua entrada e comercialização.

Essa preocupação tem uma razão de ser. O Distrito Federal faz barreira sanitária aos produtos do norte goiano e outras regiões onde existe o risco de contaminação do rebanho pela doença porque persegue o título de “área livre de febre aftosa”, expedido pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

Alcançá-lo significaria para Brasília entrar para um mercado de 60 a 70 milhões de cabeça de gado/ano, que inclui Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Um primeiro parecer favorável já foi emitido e aguarda-se para maio a aprovação do DF.

A carne será totalmente destruída. Deve virar graxa no frigorífico Bom Corte, em Formosa (GO), ou ser incinerada pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU).